

SUMÁRIO

PARTE I TEORIA GERAL DA EXECUÇÃO

CAPÍTULO 1. INTRODUÇÃO	41
1.1. Noção de sanção jurídica	41
1.2. Conceito de execução jurisdicional	43
1.3. Aprimoramento do conceito: distinção de outras figuras	44
1.3.1. Cumprimento voluntário.....	44
1.3.2. Pronunciamentos constitutivos	45
1.3.3. Autotutela – As “execuções privadas”	46
1.3.4. Executoriedade dos atos administrativos.....	46
1.3.5. “Execução imprópria”	47
1.3.6. Cumprimento de diligências e atos instrutórios	47
1.3.7. Execução “indireta” (meios coercitivos): seu caráter executivo ...	47
1.4. Execução no quadro geral da jurisdição	48
1.5. Execução e cognição – Processo de execução e fase de cumprimento da sentença	49
1.5.1. Cognição e execução: sua reunião em um mesmo processo e sua separação em processos distintos.....	50
1.5.2. O processo autônomo de execução e a fase de cumprimento da sentença.....	51
1.5.3. Cognição “rarefeita” na execução	52
1.6. Aplicação subsidiária das regras do processo de conhecimento à execução ...	52
CAPÍTULO 2. PRESSUPOSTOS DA EXECUÇÃO	67
2.1. Incidência das regras gerais sobre pressupostos processuais e condições da ação.....	67
2.2. Requisitos específicos do processo de execução	68
2.3. Título executivo.....	69
2.3.1. Conceito e função.....	69
2.3.1.1. Taxatividade legal dos títulos executivos	69
2.3.1.2. Título executivo e exclusão de exame do mérito da pretensão creditícia	70
2.3.2. Natureza	70

2.3.3.	Criação legislativa dos títulos executivos.....	72
2.3.3.1.	Títulos executivos judiciais.....	72
2.3.3.2.	Títulos executivos extrajudiciais.....	82
2.3.3.3.	Alteração do rol de títulos executivos e direito inter-temporal	88
2.4.	Liquidez, certeza e exigibilidade.....	89
2.4.1.	Certeza	89
2.4.2.	Exigibilidade	90
2.4.3.	Liquidez.....	90
2.4.4.	O contrato de abertura de crédito	91
2.4.5.	Síntese do tópico	92
2.5.	Inadimplemento	92
2.5.1.	Conceito, para fins executivos	92
2.5.2.	A hipótese da reciprocidade de obrigações.....	93
2.5.3.	O ônus da demonstração do (in)adimplemento.....	93
2.5.4.	Inadimplemento absoluto e relativo	93
2.5.5.	Configuração da mora	94
2.5.6.	(Ir)relevância da culpa.....	94
2.5.7.	Inadimplemento antecipado	94
2.6.	Inserção dos requisitos específicos da execução no regime dos pressupostos processuais e condições da ação (pressupostos de admissibilidade da tutela jurisdicional)	95
2.7.	A ação de execução (inclusive, o requerimento de cumprimento da sentença)...	95
2.8.	Competência para executar	97
2.8.1.	Competência para a execução do título judicial.....	97
2.8.2.	Competência para a execução do título extrajudicial.....	99
2.8.3.	Competência para a execução fiscal.....	99
2.8.4.	Regime jurídico do controle judicial.....	100
2.9.	Cumulação de demandas executivas	100
CAPÍTULO 3. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA		119
3.1.	Noções gerais e finalidade.....	119
3.2.	Objeto	121
3.3.	Competência.....	122
3.4.	Legitimidade	123
3.5.	Natureza jurídica	123
3.6.	Características.....	124
3.7.	Espécies de liquidação	125
3.7.1.	Liquidação pelo procedimento comum.....	126
3.7.1.1.	Conceito de fato novo	126
3.7.1.2.	Procedimento.....	127
3.7.2.	Liquidação por arbitramento	127

3.8.	A determinação do valor da condenação por simples cálculo.....	128
3.8.1.	Ônus de apresentação de demonstrativo detalhado do cálculo	129
3.8.2.	Contraditório e controle de ofício.....	129
3.8.3.	Requisição judicial de dados.....	130
3.8.4.	Gratuidade de justiça.....	130
3.8.5.	Apresentação do cálculo pelo condenado, em caso de cumprimento espontâneo	131
3.9.	Resultado igual a zero	131
3.10.	As hipóteses de “falsa liquidação”	132
3.10.1.	“Liquidação” civil da sentença penal condenatória	132
3.10.2.	“Liquidação” individual da sentença condenatória coletiva	133
3.10.3.	“Liquidação” na conversão da obrigação específica em perdas e danos.....	133
3.10.4.	“Liquidação” dos danos no regime de responsabilidade processual objetiva	134
CAPÍTULO 4. PARTES E TERCEIROS NA EXECUÇÃO. RESPONSABILIDADE PATRIMONIAL. FRAUDES		145
4.1.	As partes na execução	145
4.1.1.	Legitimidade ativa.....	146
4.1.1.1.	“O credor a quem a lei confere título executivo” (art. 778, <i>caput</i>).....	146
4.1.1.2.	“O Ministério Público, nos casos previstos em lei” (art. 778, § 1.º, I)	146
4.1.1.3.	“O espólio, os herdeiros ou os sucessores do credor, sempre que, por morte deste, lhes for transmitido o direito resultante do título executivo” (art. 778, § 1.º, II)...	148
4.1.1.4.	“O cessionário, quando o direito resultante do título executivo lhe for transferido por ato entre vivos” (art. 778, § 1.º, III)	148
4.1.1.5.	“O sub-rogado, nos casos de sub-rogação legal ou convencional” (art. 778, § 1.º, IV).....	148
4.1.1.6.	Hipóteses previstas em leis esparsas	149
4.1.2.	Legitimidade passiva.....	149
4.1.2.1.	“O devedor, reconhecido como tal no título executivo” (art. 779, I)	149
4.1.2.2.	“O espólio, os herdeiros ou os sucessores do devedor” (art. 779, II)	149
4.1.2.3.	“O novo devedor que assumiu, com o consentimento do credor, a obrigação resultante do título executivo” (art. 779, III).....	150
4.1.2.4.	“O fiador do débito constante em título extrajudicial” (art. 779, IV).....	150

4.1.2.5.	“O responsável titular do bem vinculado por garantia real ao pagamento do débito” (art. 779, V).....	151
4.1.2.6.	“O responsável tributário, assim definido em lei” (art. 779, VI).....	152
4.2.	A posição jurídica do cônjuge do executado.....	152
4.3.	Credor e devedor; exequente e executado; autor e réu	153
4.4.	Litisconsórcio na execução	153
4.5.	Intervenção de terceiros na execução	154
4.6.	Responsabilidade patrimonial.....	155
4.6.1.	Bens do devedor que não se submetem à responsabilidade patrimonial.....	156
4.6.1.1.	Hipóteses de impenhorabilidade absoluta.....	156
4.6.1.2.	Impenhorabilidade relativa.....	159
4.6.1.3.	Bens gravados com garantia real.....	159
4.6.1.4.	Impenhorabilidade de imóvel residencial da entidade familiar	159
4.6.1.5.	Bens públicos.....	161
4.6.2.	Bens de terceiros submetidos à responsabilidade patrimonial	161
4.6.2.1.	Bens alienados a terceiros de modo ineficaz	161
4.6.2.2.	Bens do sócio	162
4.6.2.3.	Bens do cônjuge ou companheiro.....	162
4.6.2.4.	Bens do executado na mera posse de terceiros.....	163
4.6.3.	Fraude contra credores	164
4.6.4.	Fraude à execução	164
4.6.4.1.	Noção	164
4.6.4.2.	Pressupostos	165
4.6.4.3.	Desconsideração de personalidade jurídica e fraude à execução	166
4.6.4.4.	Contraditório e ampla defesa.....	168
4.6.4.5.	Alienação de bem penhorado	168
CAPÍTULO 5. PRINCÍPIOS DA EXECUÇÃO		185
5.1.	Introdução	185
5.2.	Princípios setoriais da execução	186
5.2.1.	Princípio da autonomia da execução	186
5.2.2.	Princípio do título.....	186
5.2.3.	Princípio da realidade da execução e da responsabilidade patrimonial.....	187
5.2.4.	Princípio da disponibilidade da execução.....	187
5.3.	Incidência na execução dos princípios gerais do processo civil.....	187
5.3.1.	Princípio da máxima utilidade da execução	187

5.3.1.1.	Exemplos de aplicação do princípio	188
5.3.1.2.	Os poderes atribuídos ao juiz pelo art. 139, IV	188
5.3.2.	Princípio do menor sacrifício do executado	191
5.3.3.	Princípio do contraditório	192
5.3.4.	Balanceamento dos princípios: a execução equilibrada	193
CAPÍTULO 6. CLASSIFICAÇÃO DAS ESPÉCIES DE EXECUÇÃO		205
6.1.	Quanto à origem do título executivo	205
6.2.	Quanto à estabilidade do título executivo	207
6.2.1.	Hipóteses de ocorrência	207
6.2.2.	Peculiaridades no regime jurídico da execução provisória	208
6.2.3.	Autuação do cumprimento definitivo e do cumprimento provisório	210
6.2.4.	Honorários e multa no cumprimento provisório	210
6.2.5.	Defesa do executado	211
6.3.	Quanto à natureza e ao objeto da prestação	211
6.4.	Quanto à especificidade do objeto da prestação	211
6.5.	Quanto à especialidade do procedimento em face de peculiaridades do direito material	212
6.6.	Quanto à solvabilidade do devedor	212

PARTE II

PROCESSO DE EXECUÇÃO

CAPÍTULO 7. PROCESSO DE EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA: FASE INICIAL.....		229
7.1.	Introdução	229
7.2.	Estrutura procedimental	230
7.3.	Petição inicial	231
7.3.1.	Pedidos mediato e imediato	231
7.3.2.	Causa de pedir: título, exigibilidade, inadimplemento e demonstrativo do crédito	232
7.3.3.	Cumulação de demandas	233
7.3.4.	Pedido de intimação de terceiros	233
7.3.5.	Requerimento de medidas urgentes	233
7.3.6.	Atribuição de valor à causa	234
7.3.7.	Ausência de requerimento de provas	234
7.3.8.	Indicação de bens a penhorar	234
7.4.	Efeitos da propositura da ação executiva	234
7.4.1.	Prescrição na execução e sua interrupção	235
7.4.2.	Possibilidade de averbação da pendência da execução em registros de bens do devedor	235
7.4.3.	Inscrição em cadastro de inadimplentes	237

7.5.	Honorários.....	237
7.6.	Citação e possíveis condutas do devedor.....	237
7.7.	Arresto (pré-penhora) de bens do devedor.....	239
7.7.1.	Natureza.....	240
7.7.2.	Procedimento.....	241
CAPÍTULO 8. PROCESSO DE EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA: PENHORA.....		255
8.1.	Legitimidade para a indicação do bem a penhorar.....	256
8.1.1.	O direito anterior.....	256
8.1.2.	Indicação de bens pelo credor.....	256
8.1.3.	Ordem ao executado para que apresente relação de bens.....	256
8.1.4.	Participação do devedor na definição do bem.....	257
8.1.5.	Pedido do devedor de substituição do bem penhorado.....	257
8.1.6.	Recorribilidade.....	258
8.1.7.	Conclusão do tópico.....	258
8.2.	Parâmetros legais da penhora.....	258
8.2.1.	Ordem de preferência de bens a penhorar.....	258
8.2.2.	Preferência por bens livres de ônus e situados no foro da execução.....	260
8.2.3.	Preferência por bens de maior liquidez.....	260
8.2.4.	Bem objeto de garantia legal ou contratual ou de direito de retenção.....	260
8.2.5.	Suficiência do valor dos bens penhorados.....	261
8.2.6.	Significância dos bens penhorados.....	262
8.2.7.	Penhorabilidade dos bens.....	262
8.3.	Finalidades e efeitos da penhora.....	262
8.3.1.	Vinculação do bem penhorado à execução.....	262
8.3.2.	Conservação do bem penhorado.....	262
8.3.3.	Atribuição de preferência.....	263
8.4.	Conceito e natureza da penhora.....	263
8.4.1.	Natureza pública.....	263
8.4.2.	Caráter não-contratual.....	263
8.4.3.	Natureza executiva.....	264
8.5.	Objeto e extensão da penhora.....	264
8.6.	Procedimento e aperfeiçoamento da penhora.....	265
8.6.1.	Pesquisa de bens, concretização e documentação.....	265
8.6.1.1.	Penhora realizada pelo oficial de justiça.....	265
8.6.1.2.	Penhora feita em cartório.....	265
8.6.1.3.	“Penhora on-line”.....	266

8.6.2.	Aprensão e depósito do bem (art. 839)	268
8.6.3.	Inscrição da penhora no registro do bem	269
8.6.4.	Intimação da penhora	270
8.7.	Penhora de bens em outra comarca	272
8.8.	Modificações da penhora	272
8.9.	Substituição do bem penhorado a pedido do devedor	273
8.9.1.	Forma e pressupostos do pedido de substituição.....	274
8.9.2.	Procedimento.....	275
8.10.	Hipóteses especiais de penhora.....	276
8.10.1.	Penhora de crédito	276
8.10.2.	Penhora “no rosto dos autos”	277
8.10.3.	Penhora das quotas ou das ações de sociedades personificadas.....	277
8.10.4.	Penhora de empresa ou de outros bens que ensejem administração	278
8.10.5.	Penhora de edifícios em construção em regime de incorporação imobiliária.....	278
8.10.6.	Penhora de empresas concessionárias ou permissionárias de serviço público.....	279
8.10.7.	Penhora de navios e aeronaves.....	279
8.10.8.	Penhora de frutos e rendimentos de coisa móvel ou imóvel.....	279
8.10.8.1.	Legitimidade.....	280
8.10.8.2.	Condições objetivas da penhora de frutos e rendimentos...	280
8.10.8.3.	Devido processo	280
8.10.8.4.	Condições formais (documentação).....	281
8.10.8.5.	O administrador-depositário	281
8.10.8.6.	Satisfação do credor através da apropriação de frutos e rendimentos.....	282
8.10.9.	Penhora de faturamento de empresa.....	282
 CAPÍTULO 9. PROCESSO DE EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA: DEPÓSITO, AVALIAÇÃO E ALIENAÇÃO ANTECIPADA DOS BENS PENHORADOS		
9.1.	Depósito dos bens penhorados	299
9.1.1.	Conceito e natureza jurídica	299
9.1.2.	Definição do depositário	300
9.1.2.1.	Depósito de dinheiro, pedras e metais preciosos	300
9.1.2.2.	Depósito de imóveis rurais e outros bens e direitos vinculados à atividade agrícola	300
9.1.2.3.	Depósito de outros bens	301
9.1.3.	A condição jurídica da parte, quando depositária.....	302
9.1.4.	A situação possessória.....	302
9.1.5.	Deveres do depositário.....	302

9.1.5.1.	Dever de guarda e conservação.....	302
9.1.5.2.	Demanda ressarcitória dos danos do bem depositado.....	303
9.1.5.3.	Dever de entrega do bem – As sanções ao depositário infiel	303
9.1.5.4.	Dever de defesa possessória do bem	305
9.1.5.5.	Dever de recebimento dos frutos e rendimentos – Prestação de contas	306
9.1.5.6.	Ampliação dos deveres, nas modalidades especiais de penhora	306
9.1.5.7.	Responsabilidade pela atuação de prepostos	307
9.1.5.8.	Necessidade de assunção expressa do encargo	307
9.1.6.	Direitos do depositário.....	307
9.2.	Avaliação dos bens penhorados	308
9.2.1.	Conceito	308
9.2.2.	Competência para avaliação.....	308
9.2.3.	Dispensa de avaliação	309
9.2.4.	Forma e conteúdo da avaliação	310
9.2.5.	Devido processo.....	310
9.2.6.	Hipóteses de repetição da avaliação	311
9.2.7.	Efeitos da avaliação	311
9.3.	Alienação antecipada dos bens penhorados.....	311

CAPÍTULO 10. PROCESSO DE EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA: ALIENAÇÃO JUDICIAL E POR INICIATIVA PARTICULAR	321
10.1. Expropriação dos bens penhorados	321
10.2. Noção e modalidades de alienação executiva	323
10.3. Alienação judicial (arrematação)	324
10.3.1. Conceito	324
10.3.2. Natureza jurídica	324
10.3.3. Atos preparatórios da arrematação.....	325
10.3.3.1. Avaliação.....	325
10.3.3.2. Publicação de editais	325
10.3.3.3. Intimações	327
10.3.4. Legitimidade para arrematar (condições subjetivas do rito de arrematação)	330
10.3.4.1. Proibidos de arrematar	330
10.3.4.2. Legitimidade do exequente.....	331
10.3.4.3. Legitimidade do cônjuge, companheiro, ascendentes ou descendentes do executado	331
10.3.5. Condições objetivas do rito de arrematação	331
10.3.5.1. Regra geral da arrematação à vista	332

10.3.5.2.	Arrematação a prazo	332
10.3.5.3.	O inadimplemento do arrematante.....	333
10.3.5.4.	Apregoamento individualizado dos bens.....	333
10.3.5.5.	Preferência à arrematação global	334
10.3.5.6.	Desmembramento de imóvel.....	334
10.3.5.7.	O segundo leilão.....	334
10.3.5.8.	Veto ao preço vil	334
10.3.5.9.	Arrematação de bem indivisível de copropriedade de terceiro.....	335
10.3.5.10.	Arrematação de imóvel de incapaz	335
10.3.5.11.	Concurso de credores interessados em arrematar.....	336
10.3.5.12.	Casos especiais de preferência na arrematação	336
10.3.6.	Documentação e aperfeiçoamento da arrematação	337
10.3.6.1.	Auto de arrematação	337
10.3.6.2.	Aperfeiçoamento da alienação judicial	337
10.3.6.3.	Hipóteses de desfazimento ou de restrição de eficácia da arrematação.....	337
10.3.6.4.	Desistência da arrematação.....	338
10.3.6.5.	A conjugação da regra da desistência com a regra da manutenção da arrematação	339
10.3.6.6.	Carta de arrematação de imóvel e ordem de entrega de móvel.....	342
10.3.7.	Leilão eletrônico	342
10.3.8.	O leiloeiro público	343
10.4.	Alienação por iniciativa particular	343
10.4.1.	Fixação judicial dos parâmetros da alienação por iniciativa privada.....	344
10.4.2.	Contraditório	344
10.4.3.	O valor mínimo para alienação	344
10.4.4.	Documentação e aperfeiçoamento	344
10.4.5.	Aplicação das normas relativas à preservação da alienação e ao direito de desistência do adquirente	345
10.4.6.	Carta de alienação e ordem de entrega.....	345
10.4.7.	Regulamentação pelos tribunais	346
10.4.8.	Constitucionalidade.....	346
10.4.9.	Natureza jurídica	346
10.4.10.	Aplicação subsidiária da disciplina da arrematação	347
10.4.11.	A preservação da preferência de outros credores	347
10.4.12.	O direito de remição pelo devedor hipotecário.....	348
10.5.	Evicção e vícios redibitórios	348

CAPÍTULO 11. PROCESSO DE EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA: ADJUDICAÇÃO; APROPRIAÇÃO DE FRUTOS E RENDIMENTOS; ENTREGA DO DINHEIRO	361
11.1. Introdução	361
11.2. Adjudicação	362
11.2.1. Conceito e natureza	362
11.2.2. Legitimidade para adjudicar (condições subjetivas da adjudicação)...	362
11.2.3. Condições objetivas da adjudicação.....	363
11.2.3.1. Momento	363
11.2.3.2. Concurso entre interessados na adjudicação	363
11.2.3.3. Limite de valor.....	364
11.2.3.4. Pagamento da adjudicação – Caso de dispensa	364
11.2.3.5. Adjudicação do bem objeto de garantia real	365
11.2.3.6. Intimação do executado.....	365
11.2.4. Documentação e aperfeiçoamento da adjudicação.....	365
11.2.4.1. Decisão de adjudicação.....	365
11.2.4.2. Lavratura do auto e aperfeiçoamento da adjudicação	366
11.2.4.3. Direito de desistência do adjudicante	366
11.2.4.4. Carta de adjudicação e ordem de entrega	366
11.3. Apropriação de faturamento, frutos e rendimentos	367
11.4. Entrega do dinheiro ao credor	367
11.4.1. Expropriação e entrega do dinheiro	367
11.4.2. Procedimento de entrega do dinheiro	368
11.4.2.1. Procedimento simplificado	368
11.4.2.2. Concurso singular de credores	368
11.4.2.2.1. A ordem de preferência entre os credores ...	369
11.4.2.2.2. A legitimação do credor com garantia real ...	370
11.4.2.2.3. Procedimento do concurso singular.....	371
11.4.2.2.4. Decisão do concurso singular	371
11.4.2.2.5. Eventual não satisfação do crédito do exe- quente	371
11.4.2.2.6. Levantamento do dinheiro, no concurso singular	372
11.4.3. O momento da entrega do dinheiro ao credor, em face do direito de desistência do adquirente.....	372
11.4.4. O subsequente encaminhamento da execução.....	372
 CAPÍTULO 12. PROCESSO DE EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA: REMIÇÃO DA EXECUÇÃO, PAGAMENTO PARCELADO E REMIÇÃO DE BENS – SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DA EXECUÇÃO	 383
12.1. Remição da execução	383
12.1.1. Legitimidade	384
12.1.2. Momento para a remição da execução	384

12.2.	Pagamento parcelado requerido no prazo de embargos.....	384
12.2.1.	Diferença em face da remição da execução.....	384
12.2.2.	Momento e conteúdo do pedido de parcelamento.....	385
12.2.3.	Contraditório.....	385
12.2.4.	Situação do processo, na pendência do pedido.....	385
12.2.5.	Decisão do pedido.....	386
12.2.6.	Consequências da decisão do pedido.....	386
12.2.7.	Consequências do descumprimento do parcelamento.....	386
12.3.	Remição de bens pelo devedor hipotecário.....	386
12.4.	Suspensão e extinção da execução.....	387
12.4.1.	Hipóteses de suspensão da execução previstas nos arts. 921 e 922....	388
12.4.1.1.	Causas gerais de suspensão.....	388
12.4.1.2.	Atribuição de efeito suspensivo a embargos à execução....	388
12.4.1.3.	Falta de bens penhoráveis – A prescrição intercorrente	390
12.4.1.4.	Não localização do executado – Excepcionalidade da regra.....	391
12.4.1.5.	Fracasso na expropriação, sem a indicação de novos bens.....	393
12.4.1.6.	Parcelamento da dívida.....	393
12.4.1.7.	Convenção entre as partes.....	394
12.4.2.	Algumas hipóteses de suspensão da execução não mencionadas nos arts. 921 e 922.....	394
12.4.3.	Efeitos da suspensão da execução.....	394
12.4.4.	Ação autônoma de discussão de crédito e o curso da execução.....	394
12.4.5.	Hipóteses de extinção da execução previstas no art. 924.....	395
12.4.5.1.	Indeferimento da petição inicial (art. 924, I).....	395
12.4.5.2.	Pagamento pelo devedor (art. 924, II).....	395
12.4.5.3.	Obtenção, pelo executado de extinção da dívida (art. 924, III).....	395
12.4.5.4.	Renúncia ao crédito pelo exequente (art. 924, IV).....	395
12.4.5.5.	Prescrição (art. 924, V).....	395
12.4.6.	Hipóteses de extinção da execução não mencionadas no art. 924....	396
12.4.6.1.	Desistência da execução.....	396
12.4.6.2.	Acolhimento de embargos à execução.....	397
12.4.6.3.	Outras causas gerais de extinção.....	397
12.4.7.	Sentença de extinção da execução.....	398
CAPÍTULO 13. PROCESSO DE EXECUÇÃO DAS OBRIGAÇÕES DE FAZER E NÃO FAZER.....		409
13.1.	Introdução.....	409
13.2.	Execução de obrigação de fazer.....	410

13.2.1.	Fundamento	410
13.2.2.	Petição inicial.....	410
13.2.3.	Mandado executivo.....	410
13.2.4.	Citação.....	411
13.2.5.	Alternativas de conduta do executado	411
13.2.6.	Obrigação fungível.....	411
13.2.7.	Obrigação infungível	413
13.3.	Execução de obrigação de não fazer	413
13.3.1.	Inicial, citação e mandado executivo	413
13.3.2.	Conteúdo do mandado executivo.....	414
13.3.3.	Alternativa de condutas do devedor	414
13.3.4.	Desfazimento fungível	415
13.3.5.	Desfazimento infungível	415
13.3.6.	Conversão em perdas e danos.....	415
13.4.	Multa processual.....	415
13.4.1.	Incidência nas obrigações fungíveis e infungíveis	416
13.4.2.	Periodicidade	416
13.4.3.	Natureza e função	416
13.4.4.	Fixação de ofício	416
13.4.5.	Valor.....	416
13.4.6.	Alteração do valor da multa	417
13.4.7.	Termo inicial	417
13.4.8.	Termo final.....	418
13.4.9.	Beneficiário do crédito da multa	418
13.5.	Conclusão	418
CAPÍTULO 14. PROCESSO DE EXECUÇÃO PARA A ENTREGA DE COISA		429
14.1.	Introdução	429
14.2.	Execução para a entrega de coisa certa	430
14.2.1.	Inicial e conteúdo do mandado executivo	430
14.2.2.	Citação.....	430
14.2.3.	Alternativas de conduta do devedor	430
14.3.	Coisa alienada a terceiro depois de pendente a ação	431
14.4.	Conversão em execução genérica	432
14.5.	Benfeitorias indenizáveis	433
14.6.	Execução para a entrega de coisa incerta	434
14.6.1.	O conceito de coisa incerta	434
14.6.2.	Procedimento de individualização.....	435
14.6.3.	Aplicação das demais regras, relativas à entrega de coisa certa	436

PARTE III

FASE DE EXECUÇÃO DE DECISÕES JUDICIAIS (CUMPRIMENTO DE SENTENÇA DE PAGAMENTO DE QUANTIA; TUTELA RELATIVA A DEVERES DE FAZER, NÃO FAZER E ENTREGA DE COISA)

CAPÍTULO 15. CUMPRIMENTO DA SENTENÇA CONDENATÓRIA AO PAGAMENTO DE QUANTIA.....	447
15.1. Introdução	447
15.1.1. O panorama da execução civil	448
15.1.2. Objeto do presente capítulo	450
15.2. Ressalva terminológica	450
15.3. Demanda executiva.....	450
15.3.1. Natureza jurídica	450
15.3.2. Requisitos	451
15.4. Efeitos da propositura do cumprimento de sentença.....	451
15.4.1. A interrupção da prescrição	451
15.4.2. Inscrição em cadastro de inadimplentes	452
15.4.3. Averbação da pendência da execução em registros de bens do devedor	452
15.5. Decisão inicial da fase executiva	453
15.6. O conteúdo do mandado de cumprimento	453
15.7. Consequências da inobservância do mandado de cumprimento	453
15.7.1. Multa de dez por cento do valor da condenação	454
15.7.2. Honorários advocatícios de dez por cento do valor da condenação	454
15.7.3. Penhora.....	455
15.7.4. Protesto	455
15.8. Intimação do executado.....	455
15.8.1. Intimação prévia à incidência da multa e dos honorários.....	456
15.8.2. O retrocesso do sistema	456
15.8.3. O modo de intimação.....	457
15.8.4. Excepcional necessidade de citação.....	458
15.8.5. O prazo para cumprimento voluntário	458
15.9. Comparecimento espontâneo do executado para cumprimento	458
15.10. Penhora.....	459
15.11. Depósito.....	459
15.12. Avaliação.....	460
15.13. Intimação da penhora	460
15.14. Alienação judicial e satisfação do credor	461
15.15. Remição da execução – Ausência de direito potestativo ao parcelamento	461
15.16. Suspensão e extinção da execução	461
15.17. Recursos.....	462

CAPÍTULO 16. TUTELA RELATIVA AOS DEVERES DE FAZER E NÃO FAZER – A SENTENÇA SUBSTITUTIVA DE DECLARAÇÃO DE VONTADE	481
16.1. Introdução	482
16.2. Sentenças mandamentais e executivas	482
16.3. A relevância do sistema de tutela relativa a deveres de fazer a não fazer	484
16.4. O sentido, na lei, de tutela específica e resultado prático equivalente	485
16.5. Eficácia mandamental dos provimentos fundados no art. 497	486
16.6. Antecipação de tutela	487
16.7. Multa processual coercitiva	487
16.7.1. Natureza	488
16.7.2. Valor	488
16.7.3. Recorribilidade	488
16.7.4. Alteração do valor	488
16.7.5. Multa processual e multa contratual	489
16.7.6. Periodicidade	489
16.7.7. Multa de incidência única (multa “fixa”)	490
16.7.8. Possibilidade de cominação da multa pessoalmente ao representante do réu	490
16.7.9. Termo inicial	491
16.7.10. Termo final	491
16.7.11. Momento de exigibilidade	491
16.7.12. Forma de execução	492
16.7.13. Destinatário do crédito	492
16.8. As medidas autorizadas pelo art. 536, § 1.º. Conjugação de ordem (e coerção) com mecanismos sub-rogatórios	492
16.8.1. Medidas sub-rogatórias e medidas coercitivas atípicas	492
16.8.2. Rol exemplificativo	492
16.8.3. Parâmetros para a definição das medidas atípicas	492
16.8.4. Os limites da prisão civil	493
16.8.5. A coexistência de mecanismos sub-rogatórios e coercitivos	494
16.9. Resultado prático equivalente	494
16.10. Conversão em perdas e danos	496
16.11. Efetivação da decisão final	496
16.12. Âmbito de incidência do processo de execução de obrigações de fazer e não fazer	497
16.13. Sentença substitutiva de declaração de vontade (execução de obrigação de declaração de vontade – adjudicação compulsória)	497
16.13.1. Natureza jurídica	498
16.13.2. Pressupostos	499
16.13.3. Direitos originados do suprimento da declaração de vontade	500
16.13.4. Adjudicação compulsória extrajudicial	500

16.13.4.1. Pressupostos e requisitos.....	501
16.13.4.2. Repercussão sobre o direito material	503
16.13.4.3. Acesso à justiça e devido processo.....	503
16.13.4.4. Permanência do interesse jurídico para a ação de adjudicação compulsória (judicial ou arbitral)	504
CAPÍTULO 17. TUTELA PARA ENTREGA DE COISA (ART. 538).....	519
17.1. O regime único da tutela específica	519
17.2. Pretensões tuteladas pelo sistema dos arts. 498 e 538	520
17.3. Campo de incidência do processo de execução para entrega de coisa	520
17.4. Não cabimento de embargos à execução.....	520
17.5. Cabimento de embargos de terceiro.....	521
17.6. Aplicação subsidiária das regras dos arts. 536 e 537.....	521
17.7. Emprego de “medidas de apoio”	521
17.8. A ordem de utilização dos mecanismos sub-rogatórios e coercitivos.....	522
17.9. A individualização da coisa incerta.....	523
CAPÍTULO 18. EMBARGOS DO EXECUTADO	533
18.1. Noção e natureza	533
18.2. Modalidade única de embargos do executado	535
18.3. Condições objetivas	535
18.3.1. Tempestividade	535
18.3.2. Desnecessidade de garantia do juízo.....	536
18.3.3. Requisitos gerais da demanda.....	536
18.4. Legitimidade	537
18.4.1. Legitimidade ativa.....	537
18.4.1.1. Legitimidade do terceiro prestador de garantia	537
18.4.1.2. Ilegitimidade do terceiro adquirente em fraude.....	537
18.4.1.3. Legitimidade do devedor sem bens penhorados.....	538
18.4.1.4. Legitimidade do cônjuge ou companheiro	538
18.4.1.5. Legitimidade do curador especial.....	538
18.4.2. Legitimidade passiva.....	538
18.5. Intervenção de terceiros.....	538
18.6. Competência para julgamento dos embargos	539
18.7. Matéria alegável nos embargos	540
18.7.1. Cognição plena e exauriente.....	540
18.7.2. As matérias didaticamente explicitadas no art. 917.....	540
18.7.2.1. Falta de condição da ação executiva.....	540
18.7.2.2. Falta de pressuposto do processo de execução	541
18.7.2.3. Nulidade de ato no processo executivo	541
18.7.2.4. Defesa relativa ao mérito	541
18.7.2.5. Ainda sobre o caráter não-exaustivo do rol	541

18.7.3.	Arguição de incompetência.....	541
18.7.4.	Arguição de impedimento ou suspeição	542
18.7.5.	Arguição de ilegitimidade	542
18.7.6.	Embargos de retenção por benfeitorias.....	543
18.8.	Efeito da pendência dos embargos.....	544
18.8.1.	Ausência de efeito suspensivo automático.....	544
18.8.2.	Tutela urgente ou tutela da evidência.....	544
18.8.3.	Decisão sobre o efeito suspensivo: fundamentação e recorribilidade... ..	545
18.8.4.	Modificabilidade	545
18.8.5.	Suspensão parcial ou total da execução	545
18.8.6.	Extensão subjetiva	546
18.8.7.	Efeito suspensivo e atos de constrição	546
18.8.8.	Efeito suspensivo nos embargos de retenção	547
18.8.9.	Duração do efeito suspensivo	547
18.9.	Procedimento.....	547
18.9.1.	Petição inicial.....	547
18.9.2.	Indeferimento da petição inicial	548
18.9.3.	Julgamento liminar de improcedência	549
18.9.4.	“Intimação” do embargado	549
18.9.5.	Ausência de audiência inicial.....	550
18.9.6.	Impugnação do embargado.....	550
18.9.7.	Ônus de impugnação específica e revelia.....	550
18.9.8.	Saneamento.....	551
18.9.9.	Julgamento imediato do mérito	551
18.9.10.	A decisão final dos embargos	551
18.10.	Defesas supervenientes ao momento dos embargos.....	552
18.11.	Sentença dos embargos: eficácia e autoridade.....	552

PARTE IV

MEIOS DE DEFESA DO EXECUTADO E DE TERCEIROS

CAPÍTULO 19.	IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DA SENTENÇA.....	573
19.1.	Natureza.....	574
19.2.	Efeito da pendência da impugnação	574
19.2.1.	Ausência de efeito suspensivo automático.....	574
19.2.2.	Pressupostos para a atribuição do efeito suspensivo.....	574
19.2.3.	A atividade decisória do juiz	575
19.2.4.	Neutralização do efeito suspensivo mediante caução	575
19.2.5.	Limites do efeito suspensivo	575
19.3.	Condições objetivas.....	576

19.3.1.	Tempestividade	576
19.3.2.	Desnecessidade de garantia do juízo.....	577
19.3.3.	Requisitos gerais da demanda.....	577
19.3.4.	Limitação de matérias	577
19.4.	Matérias alegáveis	577
19.4.1.	Ausência de pressuposto de existência processual.....	577
19.4.2.	Falta de condições da ação executiva.....	577
19.4.3.	Falta de pressupostos processuais de validade.....	578
19.4.4.	Nulidade de atos no processo executivo	578
19.4.5.	Fatos supervenientes extintivos, modificativos ou impeditivos do crédito.....	578
19.4.6.	Ofensa a anterior pronunciamento vinculante do STF, em matéria de constitucionalidade.....	579
19.4.7.	Rol exaustivo de categorias, enumeração não exaustiva de defesas...	579
19.4.8.	Arguição de impedimento e suspeição.....	579
19.4.9.	Impugnação ao cumprimento de sentença arbitral.....	579
19.5.	Impugnação ao cumprimento do título inconstitucional	580
19.5.1.	Impugnação com caráter rescisório	580
19.5.2.	A origem, no direito comparado	581
19.5.3.	Constitucionalidade da regra	581
19.5.4.	Hipótese de incidência.....	582
19.5.4.1.	Pronunciamento do STF.....	582
19.5.4.2.	Enfrentamento direto da questão (<i>ratio decidendi</i>) pelo Plenário	582
19.5.4.3.	Decisão revestida de eficácia vinculante <i>erga omnes</i>	582
19.5.4.4.	Decisão de constitucionalidade, inconstitucionalidade ou de interpretação conforme.....	583
19.5.4.5.	Decisão anterior à formação do título executivo judicial...	583
19.5.5.	Modulação de efeitos	584
19.5.6.	Desconstituição do <i>decisum</i> anterior e novo julgamento	585
19.5.7.	Imprescindibilidade da impugnação ao cumprimento.....	585
19.5.8.	Inaplicabilidade às decisões declaratórias e constitutivas.....	585
19.5.9.	Os limites de aplicabilidade do art. 525, § 15 (ação rescisória)	586
19.5.10.	Direito intertemporal	587
19.6.	Legitimidade e intervenção de terceiros.....	587
19.7.	Competência.....	587
19.8.	Procedimento.....	588
19.8.1.	A petição de impugnação	588
19.8.2.	Ausência de autuação apartada	589
19.8.3.	Ouvida do exequente	589

19.8.4.	Julgamento conforme o estado do processo e instrução probatória ...	590
19.8.5.	A decisão final da impugnação ao cumprimento	590
19.9.	Defesas posteriores ao momento da impugnação	591
CAPÍTULO 20. OBJEÇÃO À EXECUÇÃO (EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE)		605
20.1.	Princípio do contraditório (recapitulação)	605
20.2.	Matérias alegáveis	606
20.2.1.	Observância do princípio do menor sacrifício	607
20.2.2.	Admissibilidade da atuação executiva	607
20.2.3.	Validade dos atos executivos	607
20.2.4.	Matérias de mérito: limites	607
20.3.	Eventual necessidade de instrução probatória	608
20.4.	A denominação adequada: objeção à execução (em vez de “exceção de pré-executividade”)	609
20.5.	O regime processual aplicável às defesas formuladas dentro da própria execução	609
20.5.1.	Contraditório	609
20.5.2.	Instrução probatória	609
20.5.3.	Recorribilidade	609
20.5.4.	Honorários	610
20.5.5.	Ausência de preclusão	610
20.5.6.	Ausência de eficácia suspensiva – Medida urgente	610
20.5.7.	Ausência de coisa julgada	611
20.6.	O campo de emprego útil da objeção à execução	611
CAPÍTULO 21. AÇÕES AUTÔNOMAS DE DEFESA DO EXECUTADO		621
21.1.	Introdução	621
21.2.	Finalidades da demanda (discussão do crédito ou da validade da execução) ...	622
21.3.	Momento de propositura e limites de cabimento da ação autônoma	623
21.3.1.	Ações autônomas ajuizadas antes do início da execução	624
21.3.1.1.	Ações ajuizadas antes da execução fundada em título extrajudicial	624
21.3.1.2.	Ações ajuizadas antes da execução fundada em título judicial	624
21.3.2.	Ações autônomas ajuizadas durante a tramitação da execução	625
21.3.3.	Ações propostas depois do término da execução	626
21.4.	Via processual	627
21.5.	Eficácia sobre a execução – Possível emprego de tutela urgente	627
21.5.1.	Ausência de efeito suspensivo automático	627
21.5.2.	Tutela provisória	627
21.5.3.	Conexão	628

21.5.4.	Direito de desistência da aquisição	628
21.5.5.	Eficácia da decisão final sobre a execução	629
CAPÍTULO 22. EMBARGOS DE TERCEIRO		637
22.1.	Noção.....	638
22.2.	Funções (cabimento). Matérias veiculáveis	639
22.2.1.	Defesa da posse ou propriedade.....	639
22.2.1.1.	Constrições provenientes da execução ou de outras modalidades processuais	639
22.2.1.2.	Possibilidade de defesa da propriedade (sem posse)	640
22.2.1.3.	O universo de bens tuteláveis	640
22.2.1.4.	O possível objeto do processo	640
22.2.1.5.	A proteção ao mero possuidor	641
22.2.1.6.	A verificação de fraude à execução	641
22.2.2.	Defesa de direito real de garantia	642
22.2.2.1.	Embargos fundados na falta de intimação	642
22.2.2.2.	Embargos fundados na penhorabilidade de outros bens....	642
22.3.	Legitimidade	643
22.3.1.	A situação do terceiro responsável	643
22.3.2.	O terceiro adquirente de bem em fraude à execução.....	644
22.3.3.	A posição do cônjuge ou companheiro do executado.....	644
22.3.4.	Terceiro atingido por descon sideração de personalidade jurídica realizada sem o devido processo	645
22.3.5.	Ausência de legitimidade do executado, para apontar apreensão de coisa diversa da prevista no título	646
22.3.6.	Invocação da condição de possuidor ou proprietário	646
22.3.7.	Credor com garantia real	647
22.3.8.	Legitimidade passiva.....	647
22.3.9.	Intervenção de terceiros.....	647
22.4.	Momento de propositura	648
22.4.1.	Constrição na fase cognitiva	648
22.4.2.	Constrição na fase executiva.....	649
22.4.3.	Intimação do terceiro – Irrelevância para o prazo	650
22.4.4.	Natureza do prazo.....	650
22.4.5.	Embargos em caráter preventivo.....	650
22.5.	Competência.....	651
22.5.1.	Conexão e distribuição por dependência.....	651
22.5.2.	Constrição efetivada em carta precatória	651
22.5.3.	Competência da Justiça Federal.....	651
22.6.	Tutela provisória	652
22.6.1.	Ausência de suspensão automática	652

22.6.2.	Tutela da evidência.....	652
22.6.3.	A atividade decisória do juiz	652
22.6.4.	Recorribilidade	653
22.6.5.	Suspensão parcial ou total do processo – Concessão parcial ou total da medida	653
22.7.	Procedimento.....	654
22.7.1.	Petição inicial.....	654
22.7.2.	Indeferimento da inicial ou julgamento liminar de improcedência....	654
22.7.3.	Exame da tutela provisória	655
22.7.4.	Citação.....	655
22.7.5.	Contestação e revelia	655
22.7.6.	Ausência de audiência preliminar de conciliação ou mediação	655
22.7.7.	Seguimento pelo procedimento comum	655
22.7.8.	Sentença: recorribilidade	656
22.8.	Sentença. Natureza, efeitos e autoridade	656
22.8.1.	Sentença negativa de resolução de mérito.....	656
22.8.2.	Sentença de improcedência.....	656
22.8.3.	Eficácia preponderante desconstitutiva da sentença de procedência...	656
22.8.4.	Eficácia declaratória da posse ou domínio	656
22.8.5.	Condenação em verbas de sucumbência.....	657
22.8.6.	Coisa julgada	657
22.8.7.	Decisão interlocutória parcial de mérito	657

PARTE V

MODALIDADES ESPECIAIS DE EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA

CAPÍTULO 23. EXECUÇÃO CONTRA DEVEDOR INSOLVENTE.....	671
23.1. Noções gerais.....	671
23.2. Legitimidade	672
23.3. Competência.....	673
23.4. Requerimento de declaração de insolvência formulado pelo devedor ou seu espólio.....	673
23.5. Requerimento de declaração de insolvência formulado pelo credor.....	674
23.6. Sentença declaratória de insolvência	676
23.7. Administrador da massa	677
23.8. Verificação e classificação dos créditos. Credores retardatários e sem título executivo.....	677
23.9. Pagamentos aos credores. Saldo devedor. Extinção das obrigações	678
23.10. Concordata civil suspensiva. Pensão para o insolvente	679

CAPÍTULO 24. EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	685
24.1. Fundamentos constitucionais.....	685
24.1.1. Sequestro	687
24.1.2. Os créditos de natureza alimentar.....	687
24.1.3. Os créditos alimentares preferenciais.....	688
24.1.4. Momento de pagamento e atualização monetária.....	688
24.1.4.1. Os índices de atualização e juros	689
24.1.4.2. O termo inicial dos juros	690
24.1.5. Crédito de “pequeno valor”: dispensa de precatório.....	690
24.1.6. Compensação com créditos detidos pela Fazenda devedora.....	692
24.1.7. Uso de precatórios para quitação de débitos, compra de imóveis, pagamento de outorgas, aquisição societária e compra de direitos....	695
24.1.8. Cessão de créditos.....	695
24.1.9. Assunção de dívidas pela União Federal	696
24.2. Títulos que embasam a execução contra a Fazenda Pública	696
24.3. Procedimento.....	697
24.3.1. Propositura	697
24.3.2. Citação.....	698
24.3.3. Intimação.....	699
24.3.4. Embargos	699
24.3.5. Impugnação ao cumprimento de sentença	700
24.3.6. Requisição do pagamento	701
24.3.7. Pagamento	701
24.4. O parcelamento imposto pelo art. 78 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (Emenda Constitucional n. 30/2000).....	702
24.5. O regime especial de precatórios (CF, art. 100, § 15, e ADCT, art. 97 – Emenda Constitucional n. 62/2009).....	703
24.6. A emenda constitucional 94/2016	707
24.7. A emenda constitucional 109/2021	708
24.8. A norma programática do art. 6.º da EC 114/2021	709
CAPÍTULO 25. EXECUÇÃO DE ALIMENTOS	721
25.1. Generalidades	721
25.2. Espécies de alimentos	722
25.2.1. Alimentos legítimos, negociais e indenizativos.....	722
25.2.2. Alimentos provisórios e definitivos	722
25.3. Os títulos executivos.....	723
25.4. Competência.....	723
25.5. Os modos de execução.....	723
25.6. Execução por sub-rogação	724
25.6.1. Desconto em folha de pagamento	725

25.6.1.1.	Natureza	725
25.6.1.2.	Sanção criminal	725
25.6.1.3.	Limites ao desconto de valores pretéritos.....	725
25.6.1.4.	Rol exemplificativo.....	726
25.6.1.5.	Procedimento	726
25.6.2.	Desconto em aluguéis ou outros rendimentos ou frutos.....	727
25.6.3.	Prazo para embargos ou impugnação	727
25.6.4.	Limites ao efeito suspensivo dos embargos ou da impugnação	728
25.7.	Coerção (prisão civil)	728
25.7.1.	Natureza e função	728
25.7.2.	Excepcionalidade da medida	729
25.7.3.	Aplicação aos alimentos provisórios e definitivos e aos títulos extrajudiciais	729
25.7.4.	Limite de aplicação às prestações pretéritas.....	729
25.7.5.	A extensão aos alimentos indenizativos.....	729
25.7.6.	Inadimplemento voluntário e inescusável	731
25.7.7.	Modo de cumprimento da prisão.....	731
25.7.8.	Procedimento.....	731
25.8.	Protesto.....	732
25.9.	Constituição de capital	733
25.10.	Tutela penal.....	733
CAPÍTULO 26. EXECUÇÃO FISCAL		745
26.1.	Generalidades	745
26.2.	Título executivo.....	746
26.3.	Legitimidade passiva.....	747
26.4.	Propositura	747
26.5.	Recebimento da petição inicial	749
26.6.	Pagamento imediato ou garantia da execução	749
26.7.	Penhora e avaliação.....	750
26.8.	Embargos	751
26.9.	Arrematação.....	752
26.10.	Adjudicação	752
26.11.	Recursos.....	753
OUTRAS OBRAS DOS AUTORES		765